



CADERNO DE ENCARGOS

SERVIÇOS INTERNOS DE SAÚDE DO TRABALHO

**SERVIÇO MÉDICO EM REGIME DE AVENÇA, COM CARÁCTER
NOMINATIVO E ESPECÍFICO DA MODALIDADE DE SERVIÇO
INTERNO DE MEDICINA DO TRABALHO**

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

O presente caderno de encargos estabelece as condições técnicas e jurídicas a incluir no contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o prestador de serviços tendo por objeto a aquisição de serviços médicos em regime de avença, com carácter nominativo e específico da modalidade de serviço interno de medicina do trabalho, decorrente do disposto na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação, e que visa a vigilância contínua e a promoção da saúde no local de trabalho dos trabalhadores da entidade adjudicante, em articulação com os serviços internos de segurança e saúde do trabalho da entidade adjudicante.

Cláusula 2.ª

Prazo

1. O contrato vigora pelo período de 1 (um) ano a partir da data da sua assinatura, e prorrogar-se-á automaticamente por iguais períodos sucessivos se nenhuma das partes o denunciar mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação ao termo do período em curso, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo máximo de vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações, é de 3 (três) anos.

Cláusula 3.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais para com a entidade adjudicante:
 - a) Assegurar os serviços identificados no presente caderno de encargos, designadamente a vigilância da saúde dos trabalhadores, auditorias, visitas e

avaliação dos postos de trabalho, em conformidade com as necessidades, com os requisitos legais e normativos e de acordo com os procedimentos técnicos e as exigências de qualidade a que são obrigados por lei e no âmbito da boa prática em saúde ocupacional;

- b) Promover e realizar a vigilância da saúde dos trabalhadores da entidade adjudicante;
- c) Proceder à abertura das fichas clínicas individuais de todos os trabalhadores, bem como atualizá-las sempre que necessário, nas quais serão anotadas as observações clínicas relativas aos exames de saúde, estando estas sujeitas ao segredo profissional de acordo com o artigo 109.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação;
- d) Enviar para a plataforma eletrónica da entidade adjudicante as Fichas de Aptidão Profissional, respeitando os requisitos legais e normativos em vigor, de modo individualizado, identificadas por número ou nome do trabalhador, tendo em conta os resultados dos exames de admissão, periódicos ou ocasionais, até um prazo máximo de cinco dias após o dia da realização de consulta médica;
- e) Cumprir os deveres de sigilo e de confidencialidade sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, incluindo todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que com ela tenham alguma relação;
- f) Colaborar com os serviços internos de segurança no trabalho da entidade adjudicante, nomeadamente:
 - i. Na vigilância das condições de trabalho do trabalhador em situações mais vulneráveis;
 - ii. No planeamento da prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades da entidade adjudicante, avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
 - iii. Na análise das causas de acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais, elaborando os respetivos relatórios.
- g) Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a apresentar ao responsável máximo da entidade adjudicante ou quem ele designar, com uma periodicidade semestral, um relatório com a evolução de todas

as operações, objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, sendo que o segundo relatório será apresentado no prazo de 30 (trinta) dias antes do término do contrato ou respetivas renovações

2. O prestador de serviços compromete-se a obedecer a toda a legislação aplicável, nomeadamente a que respeita à matéria laboral e de proteção de dados pessoais, no cumprimento das suas obrigações contratuais.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais da entidade adjudicante

São obrigações da entidade adjudicante:

1. Colaborar com o prestador de serviços, prestando-lhe todas as informações de que disponha e que, tendo em conta as circunstâncias, se mostrarem necessárias para a boa execução do contrato, nomeadamente as que dizem respeito aos serviços internos de segurança no trabalho;
2. Colaborar com o prestador de serviços, integrando os serviços internos de segurança na implementação de medidas de promoção da saúde no trabalho;
3. Comunicar ao prestador de serviços o nome e endereço de correio eletrónico do gestor de contrato designado para a monitorização do presente contrato.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 5.ª

Disposições gerais

1. O prestador de serviços exerce as funções de médico do trabalho e presta serviços durante 60 horas por mês, à média de 15 horas por semana.
2. A distribuição das horas semanais será ajustada às necessidades diárias ou periódicas, devendo privilegiar-se uma permanência diária regular do prestador de serviços em articulação com o enfermeiro do trabalho, sem prejuízo dos ajustamentos necessários em função das atividades a desenvolver.

Cláusula 6.ª

Requisitos gerais

1. O concorrente deve cumprir os seguintes requisitos:
 - a) Licenciado em Medicina;
 - b) Especializado em Medicina do Trabalho;
 - c) Estar autorizado para o exercício da Medicina do Trabalho, de acordo com a Orientação nº 003/2018 de 11 de junho, emitida pela Direção-Geral da Saúde;
 - d) Ter inscrição válida na Ordem dos Médicos;
 - e) Não ter sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação [Registo Criminal];
 - f) Ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;
 - g) Ter a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos.
2. O concorrente deve instruir a sua proposta com Curriculum Vitae anexando comprovativos documentais para efeitos de aferição do cumprimento de todos os requisitos constantes do ponto anterior.
3. O concorrente deve indicar ainda o preço hora da prestação de serviços.

4. O preço contratual corresponde ao preço hora proposto a multiplicar pelo número de horas previsto (60 h/mês).

Cláusula 7.ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, sendo o critério de adjudicação densificado pelos seguintes fatores:
 - a) Preço (50%);
 - b) Experiência profissional em medicina do trabalho (30%);
 - c) Experiência profissional em medicina (20%).
2. Será adjudicada a proposta que obtiver a pontuação mais alta, sendo a pontuação final obtida através da seguinte fórmula, com arredondamento à segunda casa decimal:

$$PF = (PP \times 0,50) + (PEPMT \times 0,30) + (PEPM \times 0,20)$$

Em que:

PF: Pontuação final;

PP: Pontuação do fator preço;

PEPMT: Pontuação do fator experiência profissional em medicina do trabalho;

PEPM: Pontuação do fator experiência profissional em medicina.

- a) A pontuação do fator preço será obtida através da seguinte fórmula, com arredondamento à segunda casa decimal:

$$PP = [(P_{base} - P_{prop}) / P_{base}] \times 100$$

Em que:

PP: Pontuação no fator preço;

P_{base}: Preço base do procedimento;

P_{prop}: Preço da proposta

- b) A pontuação do fator experiência profissional em medicina do trabalho será obtida segundo a matriz de avaliação:

Número de anos de experiência profissional em Medicina do Trabalho	Pontuação
Inferior a 2 anos	25 pontos
Igual ou superior a 2 anos e inferior a 5 anos	50 pontos
Igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos	75 pontos

Igual ou superior a 10 anos	100 pontos
-----------------------------	------------

- c) A pontuação do fator experiência profissional em medicina será obtida segundo a matriz de avaliação:

Número de anos de experiência profissional em Medicina	Pontuação
Inferior a 2 anos	25 pontos
Igual ou superior a 2 anos e inferior a 5 anos	50 pontos
Igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos	75 pontos
Igual ou superior a 10 anos	100 pontos

3. Em caso de empate na pontuação final das propostas serão considerados os seguintes critérios de desempate pela ordem apresentada:
- Pontuação mais alta no fator preço;
 - Sorteio em data a designar.

Cláusula 8.ª

Serviços a realizar

- O prestador de serviços presta os seus serviços nas instalações disponibilizadas pela entidade adjudicante e responde, para efeitos de resultados e orientações, no âmbito da prestação de serviços contratualizada, perante o responsável máximo da entidade adjudicante, sem prejuízo das competências atribuídas ao gestor do contrato.
- O prestador de serviços fica obrigado ao cumprimento das seguintes ações, complementarmente ao disposto na Cláusula 3.ª:
 - Vigilância contínua da saúde dos trabalhadores, em conformidade com os requisitos legais, e de acordo com os procedimentos técnicos e as exigências de qualidade a que os especialistas em saúde ocupacional estão obrigados por lei e no âmbito da boa prática em saúde e segurança do trabalho;
 - Elaborar o Plano Anual de Atividades de Saúde (PAAS) enquadradas na atividade da medicina do trabalho;
 - Prescrever exames médicos de aptidão para o trabalho de acordo com as tipologias definidas na lei ou no presente cadernos de encargos;

- d) Avaliar o estado de saúde e aptidão de todos os trabalhadores para o exercício das suas funções e desenvolvimento das suas atividades;
 - e) Prescrever exames, terapias e medicamentos na sequência da atividade de medicina do trabalho;
 - f) Articular com os serviços internos de segurança no trabalho a avaliação de riscos profissionais, implementação de medidas de prevenção e ações corretivas no âmbito da saúde e segurança no trabalho;
 - g) Propor a implementação de estratégias, objetivos, iniciativas e ações de melhoria contínua do serviço de medicina do trabalho;
 - h) Realizar visitas periódicas aos locais de trabalho, de acordo com a periodicidade fixada no PAAS, ou no caso em que as condicionantes da saúde dos trabalhadores assim o recomendem;
 - i) Propor medidas de prevenção de doenças profissionais e de promoção da saúde dos trabalhadores;
 - j) Elaborar participações obrigatórias de doenças profissionais, nos prazos estabelecidos por lei;
 - k) Fornecer os dados estatísticos necessários à elaboração dos instrumentos de gestão;
 - l) Elaborar o relatório de execução do PAAS, com periodicidade semestral.
3. Os planos, estratégias, objetivos, iniciativas, medidas e ações a desenvolver ou implementar no âmbito da medicina do trabalho são submetidas a decisão do responsável máximo da entidade adjudicante.
4. Para o exercício da atividade o prestador de serviços deverá utilizar as plataformas informáticas autorizadas para o efeito pelo responsável máximo da entidade adjudicante.

Cláusula 9.ª

Vigilância da saúde dos trabalhadores

1. Para efeitos da prestação de serviços contratada, a entidade adjudicante disponibilizará ao prestador de serviços os dados dos trabalhadores necessários à atividade de medicina do trabalho.
2. A vigilância da saúde dos trabalhadores é da responsabilidade do médico do trabalho, coadjuvado pelo enfermeiro do trabalho, e deve articular a sua atividade com os restantes

profissionais que operem na área da saúde e segurança do trabalho, a identificar circunstancialmente em função das atividades e necessidades.

3. A vigilância da saúde, a realizar pelo prestador de serviços, deve ter em consideração as exigências do trabalho, o estado de saúde do trabalhador e dos fatores de risco profissional a que o trabalhador está exposto, bem como a repercussão destes fatores na saúde do mesmo.
4. Para efeitos da tomada de decisão quanto à aptidão para a função do trabalhador, o médico do trabalho conta com a colaboração de um enfermeiro do trabalho, devendo realizar diferentes tipos de exames de saúde, de acordo com as exigências legais e os referenciais técnicos e normativos da Direção-Geral da Saúde.

Cláusula 10.^a

Ficha de aptidão

1. O resultado da vigilância da saúde deve ser registado pelo prestador de serviços, após ter realizado o exame de saúde do trabalhador na ficha de aptidão, documento que:
 - a) É relativo a cada trabalhador;
 - b) Não deve conter qualquer informação clínica;
 - c) Deve ser assinado pelo prestador de serviços;
 - d) Deve ser assinado pelo trabalhador logo após a consulta;
2. Da ficha de aptidão é enviada cópia ao responsável pela direção de recursos humanos e ao gestor do contrato, no prazo de 5 dias úteis;
3. Nas situações de inaptidão para o trabalho, o prestador de serviços deverá indicar outras funções que o trabalhador poderá desempenhar.
4. O trabalhador deve ser informado do resultado da respetiva vigilância da saúde, assim como das medidas preventivas corretivas necessárias, orientações terapêuticas, práticas de trabalho saudáveis e estilos de vida saudáveis, entre outros aspetos considerados pertinentes.
5. O prestador de serviços deve, sempre que considere necessário, proceder ao encaminhamento do trabalhador para:
 - a) Médico de família ou médico assistente, quando se registre evidência de doença crónica ou aguda com eventual relação com o trabalho;

- b) Médico especialista, para esclarecimento de situações de doença crónica ou aguda com eventual relação com o trabalho, e sempre que seja necessário um acompanhamento médico especializado.
6. As situações de encaminhamento referidas no número anterior devem ser realizadas, preferencialmente, através de relatório ou outro documento escrito.

Cláusula 11.ª

Documentação para efeitos de monitorização

1. Para monitorização da execução do contrato, o prestador de serviços obriga-se a:
 - a) Elaborar o plano de atividades no âmbito da medicina do trabalho e sua integração no PAAS, até 90 dias após o início do contrato, a submeter ao responsável máximo da entidade adjudicante;
 - b) Enviar ao responsável máximo da entidade adjudicante um relatório semestral sumário do cumprimento do PAAS, até final do mês seguinte ao término do semestre;
 - c) Enviar ao responsável máximo da entidade adjudicante informação escrita sobre eventuais alterações das ações a desenvolver no âmbito do plano de atividades;
 - d) Participar ao responsável máximo da entidade adjudicante ocorrências de que tenha conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas que indiciem infração disciplinar ou penal por parte dos trabalhadores;
2. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português, privilegiando-se o reporte via correio eletrónico e ficheiros em formato *.pdf.

Cláusula 12.ª

Periodicidade e horários

1. Os serviços objeto do presente contrato correspondem a 60h por mês, devendo ser prestadas em horário normal de funcionamento dos serviços, entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos, no período da manhã ou entre as 14 horas e as 17 horas e 30 minutos, no período da tarde, durante o período em que vigorar o contrato.
2. O horário deverá ser articulado e compatível com o horário do enfermeiro do trabalho.

3. Os horários devem ser ajustados em função das atividades e propostos e acordados com o responsável máximo pela entidade adjudicante.
4. No caso de não existir o acordo referido no número anterior, prevalece a duração regular de 3 horas diárias, sendo que o período será o indicado pelo prestador de serviços.

Cláusula 13.^a

Alteração e compensação de horas

1. Caso não seja possível cumprir as horas estabelecidas na cláusula anterior, por motivo de força maior, devidamente justificável pelo prestador de serviços e aprovado pela entidade adjudicante, as mesmas terão de ser compensadas no decorrer dos dois meses imediatamente seguintes.
2. Em todo o caso, a admissibilidade do regime de compensação referido no número anterior, está condicionada a um incumprimento temporário com um limite máximo anual de 50 horas seguidas ou 140 interpoladas, sob pena de se operar a resolução do contrato.
3. Entende-se por razões justificáveis, além das situações previstas na cláusula 13.^a da Parte I do presente Caderno de Encargos, as invocadas por motivo de doença ou acidente, que em qualquer dos casos terão que ser compensadas durante a vigência do contrato.
4. Adicionalmente, poderá ainda admitir-se a interrupção da prestação dos serviços por motivo de férias, nos meses de agosto e dezembro, estando esta interrupção do contrato condicionada pelo superior interesse do serviço e depende de acordo com a entidade adjudicante, não podendo ocorrer por período superior a 30 dias seguidos, sob pena de se operar a resolução do contrato.
5. Em caso de inexistência do acordo referido no número anterior, prevalece a vontade da entidade adjudicante, reduzindo-se para 15 dias o período indicado.

Cláusula 14.^a

Instalações

1. O prestador de serviços obriga-se a realizar a prestação do serviço nas instalações da entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicante disponibiliza instalações adequadas ao exercício da atividade clínica, em gabinete dotado de privacidade, mobiliário adequado destinado ao médico do trabalho

e ao enfermeiro do trabalho, sala de espera e demais equipamentos e utensílios, cabendo ao prestador de serviços zelar pelo seu bom uso, boa utilização e conservação.

Cláusula 15.ª

Informações adicionais

1. O prestador de serviços é o responsável pelo cumprimento das obrigações legais no âmbito da execução das atividades contratadas e pela sua aptidão profissional e disciplina.
2. O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho, medicina no trabalho e encargos sociais legalmente fixados, bem como de seguros de trabalho.



Ciências
ULisboa